

03/02/2009

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG.NO AGRADO DE INSTRUMENTO 710.085-0 SÃO PAULO**

**RELATOR** : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**  
AGRAVANTE(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SANTO ANDRÉ  
ADVOGADO(A/S) : JORGE HENRIQUE MENNEH E OUTRO(A/S)  
AGRAVADO(A/S) : ESPÓLIO DE SIDNEY FURLANETTO  
ADVOGADO(A/S) : CARLOS GUSTAVO BAPTISTA PEREIRA E  
OUTRO(A/S)

EMENTA: ADMINISTRATIVO. AGRADO REGIMENTAL EM AGRADO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 473 DO STF. NECESSIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 5º, LIV E LV DO STF. OFENSA REFLEXA. AGRADO IMPROVIDO.

I - O entendimento da Corte é no sentido de que, embora a Administração esteja autorizada a anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais (Súmula 473 do STF), não prescinde do processo administrativo, com obediência aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Precedentes.

II - Como tem consignado o Tribunal, por meio de remansosa jurisprudência, a alegada violação ao art. 5º, LIV e LV, da Constituição, pode configurar, em regra, situação de ofensa reflexa ao texto constitucional, por demandar a análise de legislação processual ordinária, o que inviabiliza o conhecimento do recurso extraordinário.

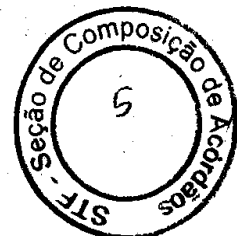
III - Agravo regimental improvido.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por decisão unânime, negar provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento o Ministro Carlos Britto, Presidente.

Brasília, 3 de fevereiro de 2009.

**RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR**



**03/02/2009****PRIMEIRA TURMA****AG.REG.NO AGRADO DE INSTRUMENTO 710.085-0 SÃO PAULO**

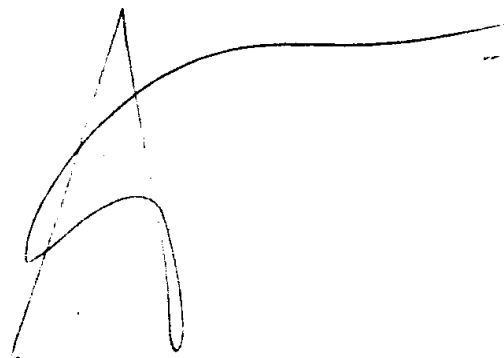
**RELATOR** : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**  
**AGRAVANTE(S)** : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SANTO ANDRÉ  
**ADVOGADO(A/S)** : JORGE HENRIQUE MENNEH E OUTRO(A/S)  
**AGRAVADO(A/S)** : ESPÓLIO DE SIDNEY FURLANETTO  
**ADVOGADO(A/S)** : CARLOS GUSTAVO BAPTISTA PEREIRA E  
OUTRO(A/S)

**R E L A T Ó R I O**

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: - Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento.

O agravante sustentou, em suma, que a decisão agravada deve ser reformada e insistiu, dessa forma, no processamento do recurso extraordinário.

É o relatório.

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to the Minister Ricardo Lewandowski, is positioned in the lower right area of the page.

03/02/2009

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 710.085-0 SÃO PAULOV O T O

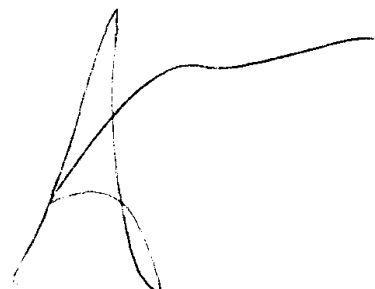
O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): Eis o teor da decisão agravada:

"Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se violação aos arts. 5º, LIV e LV, e 37 da mesma Carta.

O agravo não merece acolhida. É que o entendimento da Corte é no sentido de que, embora a Administração esteja autorizada a anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais (Súmula 473 do STF), não prescinde do processo administrativo, com obediência aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório (AI 524.143-AgR/MG, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; RE 405.236-AgR/DF e RE 359.043-AgR/AM, Rel. Min. Eros Grau; RE 452.721/MT e RE 329.226/PR, Rel. Min. Gilmar Mendes).

Além disso, a orientação desta Corte, por meio de remansosa jurisprudência, é a de que a alegada violação ao art. 5º, LIV e LV, da Constituição, pode configurar, em regra, situação de ofensa reflexa ao texto constitucional, por demandar a análise de legislação processual ordinária, o que inviabiliza o conhecimento do recurso extraordinário. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 556.364-AgR/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; AI 589.240-AgR/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa; RE 450.137-AgR/SP, Rel. Min. Carlos Velloso; AI 563.516-AgR/SP, Rel. Min. Cezar Peluso; AI 450.519-AgR/SP, Rel. Min. Celso de Mello.

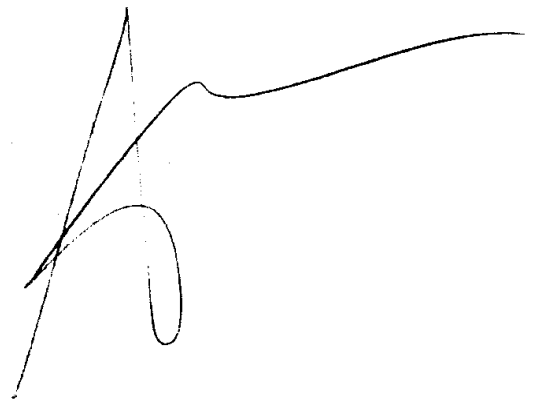


**AI 710.085-AgR / SP**

Isso posto, nego seguimento ao recurso" (fl. 142).

Bem reexaminada a questão, verifica-se que a decisão ora atacada não merece reforma, visto que o recorrente não aduz novos argumentos capazes de afastar as razões nela expendidas.

Isso posto, nego provimento ao agravo regimental.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'A' followed by a horizontal line that curves upwards and to the right, ending in a small hook.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 710.085-0**

PROCED.: SÃO PAULO

**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**

AGTE.(S): INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SANTO ANDRÉ

ADV.(A/S): JORGE HENRIQUE MENNEH E OUTRO(A/S)


AGDO.(A/S): ESPÓLIO DE SIDNEY FURLANETTO

ADV.(A/S): CARLOS GUSTAVO BAPTISTA PEREIRA E OUTRO(A/S)

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidiu o julgamento o Ministro Marco Aurélio. Não participou, justificadamente, deste julgamento o Ministro Carlos Britto, Presidente. 1ª Turma, 03.02.2009.

Presidência do Ministro Carlos Britto. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito.

Subprocuradora-Geral da República, Drª. Cláudia Sampaio Marques.

  
Ricardo Dias Duarte  
Coordenador